



RELATÓRIO

Demonstrações financeiras

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

30 de junho de 2014

com relatório dos auditores independentes



**Building a better
working world**

A decorative graphic at the bottom of the page features a yellow triangle pointing upwards from the left, which transitions into a series of vertical black lines of varying heights that form a larger, abstract shape.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



**Building a better
working world**

Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: (5519) 3322-0500
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Salto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas *IFRS* que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 06 de agosto de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Antonio de A. Navarrete', written over a horizontal line.

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC 1SP198698/O-4

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	16.848	2.673
Aplicações Financeiras vinculadas (Nota 5)	67.915	93.262
Contas a receber (Nota 6)	14.311	16.759
Despesas antecipadas	1.929	2.018
Tributos a recuperar	11.082	5.454
Outros ativos	1.996	1.253
	<u>114.081</u>	<u>121.419</u>
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	209.436	254.838
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 7.a)	37.251	27.018
Despesas antecipadas	179	239
Imobilizado (Nota 8)	9.628	9.030
Intangível (Nota 9)	994.155	932.918
	<u>1.250.649</u>	<u>1.224.043</u>
Total do ativo	<u>1.364.730</u>	<u>1.345.462</u>

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	33.684	22.564
Empréstimo	-	37.797
Debêntures (Nota 12)	3.123	3.336
Credor pela concessão	232	257
Obrigações tributárias	2.169	2.242
Obrigações trabalhistas	3.645	3.737
Provisões (Nota 11)	971	829
Outros passivos	1.843	228
	<u>45.667</u>	<u>70.990</u>
Não circulante		
Provisões (Nota 11)	36.728	36.314
Debêntures (Nota 12)	1.073.856	1.027.049
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	57.362	45.191
Outros passivos	2.583	2.698
	<u>1.170.529</u>	<u>1.111.252</u>
Total do passivo	<u>1.216.196</u>	<u>1.182.242</u>
Patrimônio líquido (Nota 13)		
Capital social	236.078	223.578
Prejuízos acumulados	(87.544)	(60.358)
Total do patrimônio líquido	<u>148.534</u>	<u>163.220</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.364.730</u>	<u>1.345.462</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo básico e diluído por ação)

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita operacional líquida (Nota 14)	158.920	159.115
Custos dos serviços prestados (Nota 15)	<u>(105.260)</u>	<u>(119.838)</u>
Lucro bruto	53.660	39.277
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 15)	(5.994)	(9.294)
Outras receitas operacionais, líquidas	6	74
	<u>(5.988)</u>	<u>(9.220)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	47.672	30.057
Despesas financeiras (Nota 16)	(103.987)	(56.470)
Receitas financeiras (Nota 16)	18.896	7.093
	<u>(85.091)</u>	<u>(49.377)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(37.419)	(19.320)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.b)	10.233	6.397
Prejuízo do período	<u>(27.186)</u>	<u>(12.923)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação – em R\$ (Nota 18)	<u>(0,001216)</u>	<u>(0,000578)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Prejuízo do período	(27.186)	(12.923)
Outros resultados abrangentes:		
Perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	(6.797)
Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	2.311
Reclassificações do patrimônio líquido para resultado		
Perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	16.138
Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	(5.487)
	<u>-</u>	<u>6.165</u>
Total dos resultados abrangentes do período	<u>(27.186)</u>	<u>(6.758)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	223.578	(11.372)	(24.024)	188.182
Perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	(6.797)	-	(6.797)
Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	2.311	-	2.311
Reclassificações para o resultado	-	16.138	-	16.138
Perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	(5.487)	-	(5.487)
Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	(12.923)	(12.923)
Prejuízo do período	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	223.578	(5.207)	(36.947)	181.424
Saldos em 1º de janeiro de 2014	223.578	-	(60.358)	163.220
Integralização de capital social	12.500	-	-	12.500
Prejuízo do período	-	-	(27.186)	(27.186)
Saldos em 30 de junho de 2014	236.078	-	(87.544)	148.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(27.186)	(12.923)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.b)	(10.233)	(6.397)
Depreciação e amortização (Nota 15)	9.573	8.614
Varição monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias (Nota 16)	142	307
Juros e variações monetárias (Nota 16)	91.006	33.214
Perda (ganho) em operação com derivativo (Nota 16)	-	20.786
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	29	224
Rendimento de aplicação financeira (Nota 16)	(18.861)	-
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	12.170	1.531
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 11.c)	414	8.549
	<u>57.054</u>	<u>53.905</u>
Varição nas contas de ativo:		
Contas a receber	2.448	3.092
Despesas antecipadas	150	858
Tributos a recuperar	(5.628)	(1.438)
Outros ativos	(743)	(542)
Varição nas contas de passivo:		
Fornecedores e prestadores de serviços	11.120	9.407
Credor pela concessão – ônus variável	(25)	(130)
Obrigações tributárias	(73)	(844)
Obrigações trabalhistas	(92)	(130)
Outros passivos	1.500	(179)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>65.711</u>	<u>63.999</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	(1.740)	-
Resgate de aplicações financeiras	91.350	-
Investimentos no ativo imobilizado	(1.434)	(91)
Provisão para investimentos em rodovias – pagamentos (Nota 11.b)	-	(45)
Investimentos no ativo intangível	(70.005)	(76.211)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<u>18.171</u>	<u>(76.347)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	12.500	-
Pagamento de empréstimo (principal)	(37.797)	-
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(44.410)	(30.610)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(69.707)</u>	<u>(30.610)</u>
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	14.175	(42.958)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.673	47.951
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>16.848</u>	<u>4.993</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receitas (Nota 14)		
Receitas de pedágio	96.721	88.025
Receita dos serviços de construção	68.429	77.074
Receitas acessórias	3.158	1.777
	<u>168.308</u>	<u>166.876</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção (Nota 15)	(68.429)	(77.074)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.758)	(23.621)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias e credor pela concessão (Nota 16)	(142)	(307)
Custo da concessão – ônus variável (Nota 15)	(1.526)	(2.691)
	<u>(91.855)</u>	<u>(103.693)</u>
Valor adicionado bruto	<u>76.453</u>	<u>63.183</u>
Depreciação e amortização (Nota 15)	(9.537)	(8.614)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>66.916</u>	<u>54.569</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (Nota 16)	18.896	7.093
	<u>18.896</u>	<u>7.093</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>85.812</u>	<u>61.662</u>
Pessoal (Nota 17)		
Salários e remunerações	(7.583)	(8.824)
Benefícios	(1.726)	(1.792)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	5.642	(3.387)
Municipais	(5.172)	(4.433)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 16)	(12.170)	(1.531)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (Nota 16)	-	(20.305)
Juros e variações monetárias (Nota 16)	(91.006)	(33.214)
Aluguéis	(983)	(1.099)
Remuneração de capital próprio		
Prejuízo do período	27.186	12.923
Total do valor distribuído	<u>(85.812)</u>	<u>(61.662)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 2039, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, pago à ARTESP, foi pago integralmente dentro dos prazos estipulados pela ARTESP. A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”. Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio e de receita acessórias. Conforme mencionado na nota Nº . 24, o percentual aplicável sobre a receita bruta referente ao ônus variável, foi revisto em julho de 2013 passando a ser de 1,5%. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, totalizando 415 km, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. A Companhia administra também a SP-308 que liga Piracicaba à Salto, SP-101 entre Tietê e Campinas, SP-113 entre Tietê e Rafard e SP-209 que liga a Rodovia Marechal Rondon à Rodovia Castello Branco em Botucatu.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob-responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob-responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de junho de 2014, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 1.071 milhões (R\$ 2.208 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*") emitidas pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*".

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2014. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de agosto de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.1) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A Companhia contabiliza as receitas de serviços de construção de acordo com os pronunciamentos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas, em conta de resultado proveniente de receitas de construção, tendo como contrapartida o ativo intangível. A receita de serviços de construção é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Esta receita é calculada com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela administração, com base em premissas devidamente fundamentadas. No caso da Companhia, esta margem é de 0% (zero por cento) devido ao modelo adotado de contratação das obras.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.1) Apuração do resultado--Continuação

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente.

2.2) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis geralmente não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização dos juros efetivos é reconhecida como receita financeira no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os ativos financeiros e recebíveis referem-se à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa - compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Aplicações financeiras vinculadas – Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificadas nessa categoria. Aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Empréstimos e recebíveis--Continuação

- Contas a receber - referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

c) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização dos juros efetivos é reconhecida na rubrica de receitas financeiras, no resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante o período findo em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

d) Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expirarem; e
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, ou derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de outros passivos financeiros, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, notas promissórias a pagar, credor pela concessão, mútuos a pagar a partes relacionadas, instrumento financeiro derivativo, empréstimos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 – Derivativos, incluindo derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

b) Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do exercício no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Outros passivos financeiros--Continuação

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, todos os instrumentos financeiros passivos da Companhia estão classificados nessa categoria.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida no resultado do exercício.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e,
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro 2013
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	47.299	46.758
Provisão para manutenção a valor presente	(i) 32.040	31.626
Ajuste a valor presente	15.259	15.133

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto (8% a.a) que reflita a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.5) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 8, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

2.6) Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis-- Continuação

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente antes dos impostos, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.8) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e ou debênturas atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.9) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.9) Provisões--Continuação

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.11) Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação. A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas, exceto as de construção, são provenientes, substancialmente, de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.12) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.13) Alterações e interpretações de normas

As alterações dos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2014 envolvendo IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros, não geraram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente o pronunciamento contábil IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, emitido recentemente e aplicável em períodos futuros, ainda não entrou em vigor e não foi adotado antecipadamente. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados pela Companhia até a data de entrada em vigor da norma.

Medida provisória 627/13 convertida em Lei

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.13) Alterações e interpretações de normas--Continuação

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu pela não opção antecipada de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e 11.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção

Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Disponibilidades	3.611	1.170
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(i) 13.237	1.503
	<u>16.848</u>	<u>2.673</u>

(i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante	67.915	93.262
Não circulante	209.436	254.838
	<u>277.351</u>	<u>348.100</u>

A Companhia mantém aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 12). Estas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico a receber	9.181	11.338
Cartões de pedágio a receber	1.069	541
Receitas acessórias	2.277	4.447
Valores em trânsito	1.784	433
	<u>14.311</u>	<u>16.759</u>

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	50.587	31.553
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	571	571
Provisão para participação nos lucros	336	655
Outras provisões	-	148
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	10.894	10.753
Provisão para investimentos em rodovias	1.354	1.305
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	1.159	3.332
	<u>64.901</u>	<u>48.317</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (i):		
Amortização – curva de tráfego (ii)	(27.650)	(21.299)
	<u>(27.650)</u>	<u>(21.299)</u>
Líquido	<u>37.251</u>	<u>27.018</u>

(i) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

(ii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Em 30 de junho de 2014, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 148.787 (R\$ 92.803 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de junho de 2014 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>30/06/2014</u>
2017	5.093
2018	4.882
2019	6.007
2020	15.849
2021	16.486
2022	16.584
	<u>64.901</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados em decorrência da solução final das respectivas demandas judiciais e outros eventos, cuja perspectiva de realização é de longo prazo.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(37.419)	(19.320)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	12.722	6.569
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(2.489)	(172)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	<u>10.233</u>	<u>6.397</u>
Taxa efetiva	27%	33%

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	30/06/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	687	(200)	487	515
Equipamentos de informática	20	3.256	(2.025)	1.231	1.672
Equipamentos de telefonia	20	197	(111)	86	105
Terrenos	-	84	-	84	84
Edifícios	3,8	6.380	(384)	5.996	6.109
Outros	10 a 20	2.320	(576)	1.744	545
		12.924	(3.296)	9.628	9.030

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão, de propriedade, portanto, da Companhia.

O saldo de edifícios refere-se ao centro de controle operacional e sede da Companhia na cidade de Salto/SP.

b) Movimentação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2014			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	681	32	(26)	687
Equipamentos de informática	3.246	12	(2)	3.256
Equipamentos de telefonia	197	-	-	197
Terrenos	84	-	-	84
Edifícios	6.366	23	(9)	6.380
Outros	953	1.367	-	2.320
	11.527	1.434	(37)	12.924
Depreciação				
Móveis e utensílios	(166)	(39)	5	(200)
Equipamentos de informática	(1.574)	(451)	-	(2.025)
Equipamentos de telefonia	(92)	(19)	-	(111)
Edifícios	(257)	(127)	-	(384)
Outros	(408)	(168)	-	(576)
	(2.497)	(804)	5	(3.296)
Líquido	9.030	630	(32)	9.628

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação--Continuação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2013			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	709	-	(26)	683
Equipamentos de informática	2.325	91	-	2.416
Equipamentos de telefonia	197	-	-	197
Edifícios	84	-	-	84
Imobilizações em andamento	6.175	-	(9)	6.166
Adiantamentos a fornecedores	203	-	-	203
Outros	929	-	(7)	922
	10.622	91	(42)	10.671
Depreciação				
Móveis e utensílios	(99)	(26)	-	(125)
Equipamentos de informática	(1.094)	(237)	-	(1.331)
Equipamentos de telefonia	(52)	(20)	-	(72)
Edifícios	-	(123)	-	(123)
Outros	(235)	(96)	5	(326)
	(1.480)	(502)	5	(1.977)
Líquido	9.142	(411)	(37)	8.694

9. Intangível

a) Composição

		30/06/2014		31/12/2013
		Custo	Amortização	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(46.416)	495.828
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	(ii)	138.150	(9.877)	128.273
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	197.305	(7.756)	189.549
Serviços de construção - em andamento	(iii)	173.606	-	173.606
Outros	(iv)	6.032	(573)	5.459
Direito de uso de software		2.209	(769)	1.440
		1.059.546	(65.391)	994.155
				932.918

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação

b) Movimentação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2014					Saldo final
	Saldo Inicial	Adições	Remensuração	Baixas	Transferências	
Custo						
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	136.047	105	-	-	1.998	138.150
Serviços de construção - obras concluídas	192.451	967	-	-	3.887	197.305
Serviços de construção - em andamento	112.127	68.641	-	-	(7.162)	173.606
Outros	5.522	-	-	-	510	6.032
Direito de uso de software	1.150	292	-	-	767	2.209
	989.541	70.005	-	-	-	1.059.546
Amortização						
Direito de outorga da concessão	(40.765)	(5.651)	-	-	-	(46.416)
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Gastos iniciais da concessão	(8.629)	(1.248)	-	-	-	(9.877)
Serviços de construção - obras concluídas	(6.080)	(1.676)	-	-	-	(7.756)
Outros	(517)	(55)	-	-	-	(573)
Direito de uso de software	(632)	(137)	-	-	-	(769)
	(56.623)	(8.769)	-	-	-	(65.391)
Líquido	932.918	61.236	-	-	-	994.155
	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2013					Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Remensuração	Baixas	Transferências	
Custo						
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	111.548	285	3.725	(61)	16.802	132.299
Serviços de construção - obras concluídas	125.173	-	-	(91)	33.404	158.486
Serviços de construção - em andamento	66.198	77.646	-	(35)	(50.206)	93.603
Outros	5.522	-	-	-	-	5.522
Direito de uso de software	954	40	-	-	-	994
	851.639	77.971	3.725	(187)	-	933.148
Amortização						
Direito de outorga da concessão	(29.903)	(5.457)	-	-	-	(35.360)
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	(5.694)	(1.365)	-	-	-	(7.059)
Serviços de construção - obras concluídas	(3.448)	(1.148)	-	-	-	(4.596)
Outros	(381)	(55)	-	-	-	(436)
Direito de uso de software	(426)	(87)	-	-	-	(513)
	(39.852)	(8.112)	-	-	-	(47.964)
Líquido	811.787	69.859	3.725	(187)	-	885.184

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação

b) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$1.281 (R\$1.760 em 30 de junho de 2013). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização, em 30 de junho de 2014, foi de 1,88% a.m., que representa a taxa efetiva de juros das debêntures no período, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Remuneração fixa (1)	507	531
Remuneração variável (2)	450	311
	<u>957</u>	<u>842</u>

(1) Incluem salários e honorários da administração, férias, 13º salário e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Referem-se à participação nos resultados.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 17.

b) Mútuos a pagar

	<u>Mútuos a pagar</u>		<u>Despesas financeiras</u>	
	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Cibe Investimentos e Participações S.A.	28.681	22.595	6.085	766
Ascendi International Holding B.V.	28.681	22.596	6.085	765
	<u>57.362</u>	<u>45.191</u>	<u>12.170</u>	<u>1.531</u>

Os contratos de mútuos foram originalmente celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas, celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

11. Provisões

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão para demandas judiciais	1.678	1.678
Provisão para investimentos em rodovias	3.981	3.839
Provisão para manutenção em rodovias	<u>32.040</u>	<u>31.626</u>
	37.699	37.143
Circulante	(971)	(829)
Não circulante	<u>36.728</u>	<u>36.314</u>

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foi como segue:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2014	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Saldo final</u>
Trabalhistas	274	274
Cíveis	1.404	1.404
	<u>1.678</u>	<u>1.678</u>

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2014, a Companhia possui o equivalente a R\$1.168 de causas trabalhistas e R\$ 8.765 de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

A Companhia é autora em processos de desapropriações, nos quais estão sendo discutidos se haverá valores adicionais a serem pagos a título de indenização aos antigos proprietários, cuja posse da propriedade será transmitida ao poder público.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 9. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foi como segue:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2014		
	Saldo inicial	Atualização monetária	Saldo final
Provisão para investimentos	3.839	142	3.981
	3.839	142	3.981

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para investimentos em rodovias é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflita a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A Companhia revisa anualmente a estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente. A remensuração na provisão foi contabilizada em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto pela OCPC 05.

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/06/2014	31/12/2013
2014	971	829
2016	3.010	3.010
	<u>3.981</u>	<u>3.839</u>

c) Provisão para manutenção em rodovias

É constituída com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do período. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2014		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Provisão para manutenção	46.758	541	47.299
Ajuste a valor presente (AVP)	(15.132)	(127)	(15.259)
Saldo	<u>31.626</u>	<u>414</u>	<u>32.040</u>

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2017	10.527	14.182
2018	9.705	8.935
2019	7.341	4.612
2020	1.744	1.431
2021	2.723	2.466
	<u>32.040</u>	<u>31.626</u>

12. Debêntures

Emissão de Debêntures não conversíveis

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

12. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente.

As debêntures possuem certas cláusulas restritivas, sendo as principais:

- (a) Pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio (incluindo juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento do dividendo mínimo) ou qualquer outra participação nos resultados, ou realização de qualquer forma de distribuição ou transferência de recursos a seus acionistas;
- (b) Concessão de mútuo, empréstimo, adiantamento ou qualquer outra modalidade de crédito, por qualquer meio, exceto adiantamentos a fornecedores no curso normal dos negócios;
- (c) Redução do capital social da Companhia ou resgate de ações da Companhia, exceto se previamente aprovado: (i) pelo Poder Concedente; e (ii) por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

12. Debêntures--Continuação

- (d) Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a totalidade das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;
- (e) Vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira (neste último caso após transcorrido os prazos de cura previstos no respectivo contrato, se algum) a que estejam sujeitas a Companhia, assim entendidas as dívidas contraídas pela Companhia por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da Escritura de Emissão, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000 (ou seu equivalente em outras moedas);
- (f) Alteração, alienação ou transferência do controle acionário da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), de forma direta ou indireta, exceto se (i) houver anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim com relação à referida alienação, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação; ou (ii) a Atlantia S.p.A. e a Ascendi Group SGPS, S.A. permanecerem como as sociedades controladoras finais, nas mesmas proporções detidas no capital social da Companhia na data de assinatura da Escritura de Emissão ou em proporções distintas, desde que referida diferença resulte exclusivamente da diluição de uma das controladoras finais pela outra em virtude da subscrição e integralização, direta ou indireta, de novas ações de emissão da Companhia;
- (g) Cisão, fusão ou incorporação da Companhia, incluindo incorporação de ações, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Companhia sem a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

12. Debêntures--Continuação

- (h) Contratação pela Companhia de empréstimos, financiamentos, adiantamentos de recursos ou qualquer outra forma de operação de crédito não existentes na data de emissão das debêntures, que não possam ser classificados como um empréstimo para capital de giro ou um empréstimo subordinado ou pagamento pela Companhia de empréstimo subordinado ou empréstimo para capital de giro;
- (i) Celebração de qualquer contrato de parceria, associação ou *joint venture* envolvendo o Projeto de Investimento, que restrinja os direitos da Companhia em relação ao Projeto de Investimento e/ou às receitas dele decorrentes, incluindo, sem limitação, os Bens e Direitos Cedidos;
- (j) Constituição e/ou prestação pela Companhia, de quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade da Companhia, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (i) onerações decorrentes de leis; (ii) onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; (iii) oneração constituídas em razão dos investimentos previstos no Contrato de Concessão; ou (iv) as garantias que serão prestadas no âmbito da emissão de debêntures, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (k) Alienação total ou parcial de equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 2/3 dos titulares das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, excetuando-se as alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, cujos montantes sejam inferiores a 2% do ativo não circulante da Companhia, conforme as últimas demonstrações financeiras anuais ou intercalares disponíveis da Companhia, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das debêntures;
- (l) Alteração dos direitos das ações de emissão da Companhia existentes na data de assinatura da Escritura de Emissão e/ou emissão de ações preferenciais, partes beneficiárias e/ou de qualquer outro título ou valor mobiliário que conceda preferência no reembolso do capital ou conceda direito de participação nos lucros da Companhia;

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

12. Debêntures--Continuação

- (m) Celebração de novos contratos ou realização de qualquer tipo de transação com partes relacionadas à Companhia, exceto quando o engenheiro independente verificar e neste sentido informar o agente fiduciário que referida celebração de contrato ou realização de transação está sendo contratada em condições iguais de concorrência de mercado; e
- (n) Não observância dos índices, a serem acompanhados semestralmente pelo agente fiduciário, com base nas informações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras, revisadas ou auditadas por auditor independente, e fornecidas ao Agente Fiduciário nos termos dos itens (i) e (ii) abaixo
 - (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) igual ou superior a 1,15 (um inteiro e quinze centésimos) e calculado, a partir (e inclusive) do semestre encerrado em 30 de junho de 2015 até a data de vencimento;
 - (ii) relação entre dívida financeira e capital total de até (a) 85/15 desde a data de liquidação das debêntures até 31 de dezembro de 2018, (b) 75/25 de 31 de dezembro de 2018 até a data de vencimento.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.134.916	1.090.262
Remuneração (juros)	3.123	3.336
Custo com emissão	<u>(61.060)</u>	<u>(63.213)</u>
	1.076.979	1.030.385
Circulante	<u>(3.123)</u>	<u>(3.336)</u>
Não circulante	<u>1.073.856</u>	<u>1.027.049</u>

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2014 e 31 dezembro de 2013, o capital social está representado por 23.607.847.595 e 22.357.847.595 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações	
		30/06/2014	31/12/2013
Atlantia Bertin Participações S.A.	50,00%	11.803.923.797	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	11.803.923.798	11.178.923.798
		<u>23.607.847.595</u>	<u>22.357.847.595</u>

Em 30 de junho de 2014 e 31 dezembro de 2013, o capital autorizado da Companhia era de R\$279.000.

Em 30 de junho de 2014, os acionistas aprovaram por meio de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R\$12.500, dentro do limite de capital autorizado, mediante a emissão de 1.250.000.0000 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Dessa forma o capital social integralizado totalizava R\$236.078 em 30 de junho de 2014 (R\$223.578 em 31 de dezembro de 2013).

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

a) Distribuição de lucros

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia assegura a seus acionistas o pagamento de dividendos em cada exercício social, no montante de, no mínimo, 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% para constituição de reserva legal. Contudo, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório não será pago no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Os dividendos assim retidos serão pagos quando a situação financeira permitir.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

13. Patrimônio líquido

a) Distribuição de lucros--Continuação

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

A distribuição dos dividendos da Companhia ocorrerá anualmente. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais ou em períodos menores, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital da Companhia. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

14. Receita operacional líquida

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita com arrecadação de pedágio	96.721	88.025
Receita de serviços de construção	68.429	77.074
Receitas acessórias	3.158	1.777
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(9.388)	(7.761)
	<u>158.920</u>	<u>159.115</u>

As receitas de serviços de construção são calculadas com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela administração, com base em premissas devidamente fundamentadas. No caso da Companhia, esta margem é de 0% (zero por cento) devido ao modelo adotado de contratação das obras. Consequentemente, essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3%).

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

15. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Com pessoal	(8.352)	(9.774)
Serviços de terceiros	(4.222)	(4.688)
Depreciação e amortização	(9.573)	(8.614)
Ônus variável da concessão	(1.526)	(2.691)
Manutenção e conservação	(13.930)	(11.455)
Custo dos serviços de construção	(68.429)	(77.074)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(414)	(8.549)
Seguros e garantias	(1.870)	(4.087)
Honorários da administração (Nota 10.a)	(957)	(842)
Outros	(1.981)	(1.358)
	<u>(111.254)</u>	<u>(129.132)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(105.260)	(119.838)
Despesas gerais e administrativas	(5.994)	(9.294)
	<u>(111.254)</u>	<u>(129.132)</u>

16. Resultado financeiro

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias	(91.006)	(33.214)
Perda com operação de derivativo	-	(20.786)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	(12.170)	(1.531)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(142)	(307)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(375)	
Outras despesas financeiras	(294)	(632)
	<u>(103.987)</u>	<u>(56.470)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	18.861	975
Ganho com operação de derivativo	-	5.860
Outros	35	258
	<u>18.896</u>	<u>7.093</u>
Resultado financeiro	<u>(85.091)</u>	<u>(49.377)</u>

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

17. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Salários e encargos sociais	7.583	8.824
Benefícios previstos em lei	705	697
Benefícios adicionais	1.021	1.095
	<u>9.309</u>	<u>10.616</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do período, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável, aprovado pelo Conselho de Administração, para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

18. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	(27.186)	(12.923)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	22.364.792.039	22.357.800.000
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,001216)</u>	<u>(0,000578)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, debêntures e mútuos a pagar a partes relacionadas.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de junho de 2014, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (que é afetado substancialmente pelo impacto da variação da taxa média do CDI sobre as aplicações financeiras e mútuos a pagar a partes relacionadas e IPCA sobre debêntures).

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – Provável:

- ✓ CDI – taxa de 10,90% ao ano, observada no fechamento de 30 de junho de 2014, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da administração seriam estáveis no próximo ano.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

• Risco de taxa de juros--Continuação

- ✓ IPCA – variação de 6,52% nos próximos 12 meses, observada no fechamento de 30 de junho de 2014, divulgada pela BM&FBovespa.

Passivo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	6.252	7.816	9.379
Debêntures	Aumento do IPCA	152.393	168.951	185.510

Passivo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	4.127	5.158	6.190
Debêntures	Aumento do IPCA	100.579	111.508	122.436

Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	30.231	22.673	15.116

Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	19.953	14.964	9.976

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer / auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o valor registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o valor registrado na rubrica caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, no balanço patrimonial.

Segue abaixo a composição de caixa e equivalentes de caixa por instituição financeira e aplicações financeiras vinculadas:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Banco Bradesco	74	126
Banco do Brasil	-	29
Banco Itaú	16.652	2.364
Banco BTG Pactual	277.351	348.100
Fundo fixo de caixa	122	153
Total	<u>294.199</u>	<u>350.773</u>
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	277.351	348.100
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	16.848	2.673
Total	<u>294.199</u>	<u>350.773</u>

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2014 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	<u>Menos de 3 Meses</u>	<u>De 04 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Fornecedores e prestadores de serviços	33.684	-	-	33.684
Debêntures (nota 12)	-	3.123	1.073.856	1.076.979
Credor pela concessão	232	-	-	232
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	57.362	57.362
Total	<u>33.916</u>	<u>3.123</u>	<u>1.131.218</u>	<u>1.168.257</u>

Conforme mencionado na Nota 12, em 05 de julho de 2013, a Companhia concluiu, com sucesso, a emissão de debêntures, que proporcionou alongamento da dívida.

d. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida os mútuos a pagar a partes relacionadas, empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos	-	37.797
Mútuos a pagar a partes relacionadas	57.362	45.191
Debêntures	1.076.979	1.030.385
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.848)	(2.673)
Aplicação financeira vinculada	(277.351)	(348.100)
Dívida líquida	<u>840.142</u>	<u>762.600</u>
Patrimônio líquido	<u>148.534</u>	<u>163.220</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>988.676</u>	<u>924.820</u>

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	30/06/2014	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	16.848	294.199
Aplicações Financeiras vinculadas (Nota 5)	277.351	277.351
Contas a receber (Nota 6)	14.311	14.311
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	33.684	33.684
Debêntures	1.076.979	1.139.039
Credor pela concessão	232	232
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	57.362	57.362
	31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.673	2.673
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	348.100	348.100
Contas a receber (Nota 6)	16.759	16.759
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	22.564	22.564
Debentures	1.091.479	1.155.156
Empréstimos	37.797	37.797
Credor pela concessão	257	257
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	45.191	45.191

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores e prestadores de serviços e credor pela concessão se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos mútuos a pagar a partes relacionadas se aproxima de seu respectivo valor contábil, uma vez que são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 0,5% ao mês e não possuem data de vencimento.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

- O valor justo das debêntures era obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos e passivos avaliados a valor justo

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui ativos avaliados a valor justo.

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.377.600
	Responsabilidade civil	26.671
	Riscos de engenharia	188.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	74.827
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	137.897

* Vigente a partir do dia 01 de julho de 2014.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

22. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	1.281	1.760

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

23. Eventos subsequentes

Reajuste das tarifas de pedágio

Foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 28 de junho de 2014, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste das tarifas nas praças de pedágio da Rodovias do Tietê, a partir de 01 de julho de 2014, no percentual de 5,44%, representando uma diferença de 0,93 pontos percentuais frente ao IPCA do período de 6,37%. Referida deliberação difere dos termos previstos originariamente no Contrato de Concessão.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre a manutenção do pagamento de 1,5% de ônus variável sobre as receitas.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.